

## Novas e velhas questões: revisando a historiografia sobre Volta Redonda (RJ)

New and old questions: Reviewing the historiography about Volta Redonda (RJ)

Raphael Jonathas da Costa Lima<sup>1</sup>

raphaeljonathas@gmail.com

---

**Resumo.** O artigo revisa a literatura sobre a cidade industrial de Volta Redonda (RJ) e recupera os principais temas abordados em mais de 20 anos de produção acadêmica. A relação capital-trabalho; a ideologia modernizadora de Getúlio Vargas e as implicações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); a construção do espaço urbano; as transformações no sindicalismo brasileiro e a ascensão do “neoliberalismo” compõem, em conjunto com acontecimentos marcantes como a greve que paralisou a cidade em 1988, a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a desmobilização de um projeto sindical, uma literatura que acompanha tendências e transformações das Ciências Sociais no Brasil. Aliada a esta constatação, abre-se uma possibilidade de que, a partir daquilo já produzido, se possa dar continuidade à agenda de pesquisa e explorar períodos ainda pouco discutidos da cidade, como a fase posterior à privatização da CSN.

**Palavras-chave:** cidade, política, trabalho, sindicalismo, Volta Redonda.

**Abstract.** This paper reviews the literature on the industrial city of Volta Redonda (RJ) and recovers the main topics discussed in over twenty years of academic production. The capital-labor relationship; the modernization ideology of Getúlio Vargas and the consequences of the Brazilian labor laws; the construction of the urban space; changes in Brazilian unionism; and the rise of “neoliberalism”, which, along with events like the strike of 1988, the privatization of Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) and the demobilization of a labor union project, are dealt with by a literature that follows the trends and changes in Brazilian Social Sciences. This conclusion, along with what has been produced so far, open up a possibility to continue the research agenda and to explore periods of the city that have been little discussed, such as the aftermath of CSN’s privatization.

**Key words:** city, politics, work, unionism, Volta Redonda.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia (PPGSA/UFRJ). Professor assistente da Escola de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda (ECHS-VR) – Universidade Federal Fluminense (UFF).

## Introdução

A proposta deste artigo é rever o que foi produzido sobre Volta Redonda (RJ) no campo das Ciências Sociais. Com o objetivo de ampliar a agenda de pesquisa, procurei recuperar a cronologia das questões colocadas pelos mais relevantes estudos publicados em pouco mais de 20 anos sobre essa cidade industrial localizada no Médio Paraíba fluminense e conhecida por abrigar a tradicional Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Como há um número elevado de pesquisas, apenas contando as que tratam do período entre a fundação e a privatização da Companhia, optei, no corpo deste artigo, por dialogar com autores que classificarei como “seminais”, apresentando com clareza um conjunto de preocupações que justificaram a escolha dessa cidade como tema de trabalho e descrevendo as mudanças quanto às preocupações de seus autores. Além disso, meu objetivo será questionar a incapacidade de expansão dessa agenda de pesquisa, sugerindo novas discussões e recuperando antigas questões não respondidas pelas reflexões produzidas desde a década de 1980.

Dentro do conjunto de autores que recupero, destaco os trabalhos de Morel (1989, 1995), Mangabeira e Morel (1992), Mangabeira (1993), Pereira (2007) e Gracioli (1997, 2007) por conseguirem demonstrar com objetividade aspectos singulares que fazem de Volta Redonda um caso diferenciado na realidade sociopolítica e na historiografia brasileiras. Basicamente, tais estudos concentram-se em quatro ou cinco temas e perspectivas: relação capital-trabalho; ideologia modernizadora varguista e implicações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); construção do espaço urbano; proeminência do Sindicato dos Metalúrgicos enquanto referência para as sucessivas transformações dentro do sindicalismo brasileiro; razões e efeitos da greve de 1988; e a condução do processo de privatização e sua relação com outro mais amplo, chamado de “neoliberalismo”.

Toda a produção sobre Volta Redonda se constitui recorrendo a dicotomias que parecem ter sido previamente formuladas, as quais se evidenciarão na recuperação bibliográfica que farei a seguir. É o trabalhador que se divide entre um perfil rural e outro mais urbano, a cidade que se equilibra entre sua antiga e nova configuração; o Sindicato que se separa: “velho” e “novo sindicalismo”, “peleguismo” e combatividade, Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Força Sindical, além de disputas internas pelo poder, originando lideranças conflitantes, a saber, Waldemar Lustoza Pinto e José Juarez Antunes, numa fase, para depois se deparar com os embates entre Vagner Barcelos e Luiz de Oliveira Rodrigues (Luizinho). No campo da Companhia, a literatura recorre ao pretexto da dualidade entre a tutela da cidade e a abdicação de suas responsabi-

lidades; mais internamente, emergem as modificações na gestão e a encruzilhada que foi a decisão entre assumir uma postura mais racional, autônoma e empresarial ou se manter como instrumento da política econômica do governo (Moreira, 2000). E a mais recente de todas as dicotomizações surgidas ao longo de sua trajetória aponta o manter-se estatizada ou a privatização, contribuindo para o estabelecimento de um novo marco para a atividade siderúrgica brasileira.

Assim sendo, procurei agrupar essa “literatura clássica” acerca de Volta Redonda em quatro eixos temáticos: o primeiro explora os contornos de um padrão de trabalhador idealizado e as distintas configurações assumidas pelo Sindicato; o segundo investiga a relação entre a Companhia e o projeto de cidade; o terceiro trata da interação entre Sindicato e cidade, aqui entendida como outras esferas e organizações da sociedade civil; por último há o quarto segmento, compreendendo as inovações teóricas e empíricas que passaram a compor a agenda de pesquisa sobre os anos 1990.

A literatura abordada tende a considerar três momentos “divisores de água” na história da cidade: a transferência pela Companhia de suas “obrigações” para a prefeitura municipal; a greve de 1988 e o início do fim de um ciclo de sindicalismo de enfrentamento relativamente vitorioso; e a privatização, que marcaria também o colapso do Sindicato, dos movimentos sociais capitaneados pela Igreja e da própria cidade. Inerente a essa constatação, há uma preocupação em expor como as leituras feitas sobre a história da “Cidade do Aço” acompanham as transformações no campo das Ciências Sociais no Brasil. Observa-se aqui uma possível abertura para que, seguindo esse fluxo de modificações e sem necessariamente descaracterizar ou desqualificar aquilo que já foi produzido, se possa estender a agenda de pesquisa e – por que não? – lançar mão de novas contradições.

## Trabalho idealizado e transições sindicais

Estudos clássicos na sociologia e na história do trabalho debateram a constituição do trabalhador e da “classe trabalhadora” brasileira, transitando, usualmente, por uma “crença no valor moral do trabalho” (Morel, 1995), que confere cidadania, e por seu valor enquanto instrumento civilizatório e coercitivo das classes populares. É nesse cenário de prevalência de uma ideologia de modernização e progresso que Getúlio Vargas – “o mito de personalidade desenvolvimentista” (Medeiros, 2004) – recebe a incumbência de estimular o avanço de um moderno sistema capitalista no Brasil e a constituição de uma burguesia

industrial urbana. Também sob tais luzes surgem, nos anos 1940, as chamadas “empresas estatais de primeira geração” formadoras do novo “trabalhador brasileiro”: a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a Companhia Nacional de Álcalis (CNA), a Fábrica Nacional de Motores (FNM) e, mais emblemática de todas, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (Ramalho, 1995).

Com Vargas e parte da *intelligentsia* nacional, principiando com nomes como o de Oliveira Vianna e o de Evaristo de Moraes, nascia a CLT, sendo este um dos instrumentos de conformação desse novo trabalhador (French, 2004) que o Estado Novo almejava construir, desde que, é claro, conseguisse avançar numa das premissas básicas de sua ideologia modernizadora: a progressiva substituição do elemento rural pelo urbano. A intencionalidade acerca dos reais propósitos e efeitos da CLT gerou um extenso debate envolvido na relação dicotômica entre os princípios de “dádiva” e “direito” (French, 2004), até mesmo questionando a fábula do sindicato “tutelado” (apenas um mito?). Algumas análises, portanto, recorreriam ao caso da Companhia Siderúrgica Nacional, reforçando a tendência de desconstrução desse “mito”. A análise de Mangabeira e Morel (1992), por exemplo, demarcará as fases de separação do Sindicato dos Metalúrgicos entre velho e novo e questionará a tese de que o modelo de um sindicato corporativista anterior a 1978 criaria impasses para os trabalhadores alcançarem a cidadania. A distinção entre as duas fases teria como “clarão” exatamente a apropriação da CLT pelos trabalhadores. Produzindo uma reflexão a partir do exemplo dos operários da CSN, as autoras discorrem a respeito da apropriação da justiça do trabalho pela categoria, sem, no entanto, caírem na armadilha de uma classificação simplista da ação sindical do pré-1964 como corporativista – fato recorrente. Apesar das disputas internas envolvendo as várias tendências, prosseguem as autoras, já na década de 1950, sob influência do Partido Comunista do Brasil (PCB), o Sindicato abria canais para o encaminhamento de reivindicações e para a conquista de direitos de cidadania (Mangabeira e Morel, 1992) contrapondo, deste modo, a concepção de “direito” à noção de “dádiva” veiculada pela Companhia. Assim, a CLT experimentou um efeito difuso não programado: gerar consciência de classe (French, 2004), resultado este observado entre os trabalhadores da própria CSN (Mangabeira, 1993, p. 66-67). Em artigo subsequente à sua tese de doutorado, Morel descreve a acentuação dos conflitos entre chefias e trabalhadores da CSN, já na década de 1950, argumentando que, nesse período,

*o Sindicato, com a presença atuante de militantes comunistas, ganhou certo reconhecimento por parte dos trabalhadores como canal de expressão de suas*

*reivindicações; estas, respaldadas freqüentemente na CLT, se caracterizavam, grosso modo, por uma luta pela aplicação dos direitos trabalhistas e, neste sentido, se opunham ao domínio arbitrário e autárquico da Companhia* (Morel, 1995, p. 68).

Além dos mecanismos de apropriação da CLT, alguns intelectuais brasileiros dedicaram parte da sua trajetória acadêmica para acompanhar a construção das identidades sociais de grupos de trabalhadores, separando e distinguindo novas e velhas gerações. Pessanha e Morel (1991), por exemplo, assumindo paralelamente trajetórias individuais e coletivas, compararam a construção dessas identidades partindo da socialização profissional e da participação sindical, tomando como referência os trabalhadores da indústria naval de Niterói e do Rio de Janeiro, por um lado, e os da CSN, por outro. Essa distinção entre gerações, ao menos no caso da CSN, é elucidativa do seguinte aspecto: qualquer que fosse a grandeza de um projeto “inovador” de desenvolvimento, na prática, ele não se manteria sem um elemento justificador que lhe convertesse em algo eminentemente coletivo. Neste quadro, Morel explora, com base em procedimentos da história oral e na reconstrução da memória social, o período que vai de 1941 a 1960, recuperando depoimentos e experiências da primeira geração de operários. A CSN, ainda durante a sua fase de construção, já era vista como um exemplo de implementação de um ideário que conseguia arregimentar massas de indivíduos (as populações nômades, nas palavras de Morel) para trabalhar na construção da usina, pois se respaldava no discurso legitimador de que todos juntos constituiriam a “família siderúrgica” (Ramalho, 1995; Morel, 1995), o qual viabilizaria o sonho coletivo de desenvolvimento do país. Há de se ter em mente, no entanto, que sob essa ideia de “família que é solidária e que coopera” subentende-se a proposta de dominação e submissão, além da ocultação do aprofundamento das relações de classe pelo procedimento de separar bairros (também clubes) e conferir distinção aos engenheiros diante dos operários (Ramalho, 1995).

A estratégia de usar metodologicamente a história oral, narrativas e reconstrução de trajetórias para recuperar a memória social aparece também nas descrições de Mangabeira (1993) e Veiga e Fonseca (1990) no que toca ao momento de inflexão da Oposição Sindical em Volta Redonda, em 1978, nitidamente procurando contrastar um perfil de liderança sindical “pelega”, representada por Waldemar Lustoza Pinto, com outra, “combativa”, ilustrada por figuras como José Emídio e José Juarez Antunes, o qual tomaria o poder do Sindicato derrotando os dois primeiros, iniciando, portanto, uma trajetória política que culminaria com sua eleição para prefeito da cidade pelo

Partido Democrático Trabalhista (PDT) e em sua morte em um acidente automobilístico, no ano de 1988. Com Juarez à frente, o Sindicato dos Metalúrgicos principiou por angariar o apoio dos operários da região, englobando Volta Redonda, Barra Mansa e Barra do Piraí, ainda temerosos da violência da repressão imposta pelo Exército, e realizou uma primeira greve em 1983, na Siderúrgica Barbará, em Barra Mansa, e, em 1984, a primeira greve dos operários da CSN – em mais de 40 anos de existência. Esse fato marcou a inflexão do Sindicato dos Metalúrgicos e conferiu a Antunes a reputação de ser uma das principais lideranças sindicais em atividade no país.

No caso de Mangabeira (1993), ao escolher os trabalhadores da segunda e da terceira gerações da Companhia como objetos de seu estudo, a pesquisadora alegava que estes faziam do seu Sindicato um “caso crítico” no modelo do “novo sindicalismo”. A autora enfatiza a importância das lideranças da Oposição Sindical oficial que conseguiram conquistar o Sindicato e as pressões pelo reconhecimento pela gerência da empresa das “comissões de fábrica”. Ela descreve que o avanço do “novo sindicalismo” e a incorporação pelo Sindicato local da filosofia de ação definida pela nova diretriz fizeram do movimento sindical de Volta Redonda um dos seus baluartes.

O uso do recurso das “trajetórias de vida” voltaria à tona quase 20 anos depois em Pereira (2007), dessa vez reconstruindo a história pessoal de alguns sindicalistas que se tornaram personagens-chave nos eventos que se seguiram à transição dos anos 1980 para os 1990, principalmente o “racha” no interior do Sindicato e sua relação direta com a privatização da Companhia. Dentre tais trajetórias, destacam-se a de Luiz de Oliveira Rodrigues, o Luizinho, e a de Vagner Barcelos, aliados que se tornariam adversários. É o momento em que uma central sindical emergente, a Força Sindical, avança tomando o controle do Sindicato da CUT. Na análise de Pereira, a Força sintetiza as transformações em um meio sindical que trocava duas décadas (1970 e 1980) de baixo nível de desemprego e posicionamento mais combativo por outra (anos 1990) cujos efeitos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho geravam escassez de emprego e requeriam uma postura mais cautelosa dos sindicatos, em geral, antecipando a negociação à ação e abrindo brecha às lideranças e centrais sindicais mais pragmáticas.

Os estudos analisados divergem quanto ao conteúdo e forma, porém convergem ao reconstruir trajetórias sindicais individuais e coletivas. Variam desde a história de vida de um operário identificado com o projeto mo-

dernizador e com a própria Companhia; passando por trajetórias que vivenciaram a fase de transição para o “novo sindicalismo”<sup>2</sup> e a reforma no interior do Sindicato de Volta Redonda; até a fragmentação deste Sindicato, em parte, por divergências internas, em parte, pela ruptura que levou ao surgimento da Força Sindical e por conjuntura do processo de privatização da CSN.

A última fase – aquela que marca a cisão no Sindicato – ocupou o centro das atenções em dois trabalhos de Edilson José Gracioli (1997, 2007), o qual buscou compreender as razões que levaram aos acontecimentos de 1988. Na sua forma de conceber aquele período, mais que um golpe contra a ação sindical, essas razões representaram o início do processo privatizante da CSN. O pesquisador acredita que a morte de três operários (William, Walmir e Barroso), no interior da usina, em confronto com as forças do Exército, foi um passo decisivo para a “perda” do Sindicato para a Força Sindical e, por conseguinte, da própria Companhia.

Similarmente, a análise de Gracioli propõe que outra mudança, desta vez de ordem mais global, teria impactos sem precedentes sobre o sindicalismo nacional e, mais especificamente, o sindicalismo do sul fluminense: a ascensão do neoliberalismo. Em *Privatização da CSN: da luta de classes à parceria*, o autor levanta a seguinte questão: o que teria levado o Sindicato dos Metalúrgicos a abandonar a CUT, central sindical que ajudou a fundar, e a ingressar na Força Sindical? Gracioli vê os seguintes problemas, nenhum deles exatamente locais: o próprio “projeto neoliberal” inaugurado na Era Collor, a reestruturação produtiva e os novos contornos da categoria trabalho.

Posterior a Gracioli, Pereira (2007) usa a CSN como um pano de fundo para a disputa sindical e política em Volta Redonda. Um dos méritos da sua tese é descrever minuciosamente o “racha” dentro do Sindicato na gestão de Vagner Barcelos e como isso facilitou a tomada do seu controle pelo “Formigueiro”, grupo de cutistas dissidentes comandados por Luizinho, já em tempos de ascensão da Força Sindical. No entender do autor, a incorporação do Sindicato pela Força faz de Volta Redonda, mais uma vez, um caso emblemático na história sindical brasileira. Além da derrota de Barcelos para Luizinho, o qual contava com todo o aparelho de uma central sindical contrária à política de enfrentamento tradicionalmente imprimida pela CUT em suas ações, o período entre os anos de 1989 e 1992 é marcado por mudanças na direção da Companhia, que teria agora à sua frente um tecnocrata, o engenheiro Roberto Procópio de Lima Netto. O declínio da corrente

<sup>2</sup> Mattos (1999) considera ter havido uma supervalorização dos efeitos “positivos” do “novo sindicalismo”, categoria, por sua vez, criada por meio da comparação dos eventos e discursos observados no pós-1978 com as imagens construídas sobre o pré-1964.



ligada à CUT depois de nove anos no poder<sup>3</sup> inaugurou a era de “sindicatos participacionistas” referenciados na perspectiva concertacional da Câmara Setorial do Grande ABC (Graciolli, 2007). Sintetizando, a despeito das modificações em termos sindicais apresentadas, os trabalhos de Graciolli e Pereira igualmente consideram que a CSN continua a se manter como polo dominante no que tange à ação sindical e à vida da cidade de Volta Redonda.

## Da “harmonia” ao conflito: a cidade em duas direções

Geralmente recorrendo a títulos como “Breve Histórico da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)”, a literatura se propõe, em sua maioria e de forma linear, a reconstruir o passo a passo da formação simultânea da usina, da cidade e das inúmeras e contraditórias relações que conduziram a um “caso limite” específico a ser considerado na sequência da análise. Nessa relação entre o fato tratado e o percurso que conduziu até sua descoberta, um dos temas mais recuperados pela historiografia sobre Volta Redonda é o planejamento da “Cidade Operária”, seu simbolismo e sua inovação em termos de desenho urbano nacional e distintivamente notado na planificação de ruas e bairros, apoiando-se nada menos do que em recortes arquitetônicos reproduzidos de cidades americanas (Costa, 1978). O projeto, embora modelado de modo a deixar evidente que havia o percurso “nível profissional-habitações-classe” (Alves, 2001), foi falho ao não prever ou simplesmente desconsiderar que consequências danosas se seguiriam à sua implantação, tal como fora concebida. Apontando a forma como os bairros foram se constituindo para receber engenheiros, operários mais e menos qualificados, além de próprios desempregados, os quais aumentavam proporcionalmente aos encerramentos das fases de expansão da usina, a bibliografia estrutura uma dualidade entre “novo” e “velho” para se referir à área construída para abrigar os funcionários e aquela surgida a partir das primeiras ocupações irregulares de morros e áreas de difícil acesso, como a pioneira localidade de “Niterói”, hoje bairro de classe média da cidade.

A cidade, nos estudos sobre Volta Redonda, é olhada como polo dominado numa “relação íntima e imediata com a CSN” (Souza, 1992) e, depois, como palco de conflitos que surgem já nos anos 1970 entre Sindicato, movimentos sociais, prefeitura e a própria empresa. De certa maneira, em ambos os sentidos, há uma associação

entre os temas da construção e apropriação do espaço, convergindo ao estabelecer um nexo causal entre a opção assumida pela Companhia de direcionar a maior parcela de seus investimentos para aprimorar a produção e o agravamento do problema da habitação e do acesso aos equipamentos urbanos (Moreira, 2000), explicando, assim, a origem dos primeiros movimentos urbanos.

Em sua dissertação de mestrado, Souza (1992) já observava a limitação dos primeiros trabalhos que enfocavam o “urbano” de Volta Redonda, considerando basicamente as características da “Cidade Operária”, o contexto político de sua implantação e os aspectos físico-urbanísticos nele implicados. Tentando ampliar o campo, propõe-se a “apontar os elementos constitutivos da identidade do lugar indagando a respeito das possibilidades de autonomização do urbano numa cidade tão marcada pela intervenção do poder central” (Souza, 1992, p. 8). Pesquisas semelhantes ajudam a contestar o mito do espaço urbano bem planejado e dão voz a uma cidade que crescia à sombra da Companhia. Essa cidade começa a ter sua própria História reconhecida quando os impactos da “omissão” e da falta de programas, já a partir da década de 1970, fazem desse espaço um primeiro tipo de “laboratório” para os conflitos urbanos que ganharão dimensões maiores nos anos 1980, especialmente através do movimento dos Posseiros Urbanos, cuja premissa é o descompasso entre a modernização da Companhia, que incluía uma série de etapas de expansão, e a ampliação e manutenção de equipamentos urbanos. O crescimento desordenado da cidade com a ocupação de áreas pertencentes à própria empresa, bem como as disputas em torno da propriedade desses terrenos serão fontes de numerosos conflitos. Subentendem-se neste e em outros trabalhos (Alves, 2001; Fernandes, 2001; Moreira, 2000) os impactos da passagem da administração dos serviços urbanos para a prefeitura municipal, em 1967, 13 anos após sua emancipação de Barra Mansa. De acordo com Alkindar Costa (1978), conhecido historiador local, a desfiguração progressiva da condição de *company-town* ao menos não foi tão impactante. A cidade já contava com uma incipiente estrutura administrativa, erguida ainda na gestão do seu primeiro prefeito, Sávio Cotta de Almeida Gama, responsável pela construção do Palácio 17 de Julho, sede do Executivo e do Legislativo, pela realização de obras e instalações, bem como o aperfeiçoamento do funcionalismo público.

Portanto, é interessante notar – como faz Morel (1995) ao recuperar a memória social daquele período por

<sup>3</sup> Há evidências apresentadas por Graciolli (2007) de que a própria CUT já se fragmentava desde o III Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CONCUT), quando o projeto classista começou a ser abandonado pela entidade.

meio de depoimentos da primeira geração de operários – que essa fase de transição possuiu efeitos imediatos sobre a esfera da reprodução do trabalho, diretamente atingida pela renúncia por parte da empresa a continuar a cumprir certas “tarefas”, como cuidar das escolas, da saúde e das habitações de seus funcionários. Essas eram mudanças entendidas como necessárias para garantir a viabilidade de uma Companhia que despendia muitos recursos para garantir a reprodução dessa força de trabalho à medida que obtinha enormes prejuízos e pouca competitividade no mercado siderúrgico. Por outro lado, o rompimento com a condição de tutora da cidade a fim de justificar o plano de expansão delimitou um novo conjunto de estudos possíveis, saindo do círculo quase restrito de relações que giravam ao redor de um universo fabril centralizado e se transferindo para o espaço do bairro e da comunidade, que começavam a chamar a atenção pelas identidades não necessariamente “operárias” que passavam a constituir com o suporte da Igreja Católica.

## Igreja, luta sindical e movimento popular

Essa mudança de percepção conduz a um terceiro veio de análise aproximando a tese de uma população politicamente engajada ao caráter formador da Igreja Católica, que instituiu sob a figura principal de Dom Waldyr Calheiros de Novaes, bispo da Diocese de Volta Redonda e Barra do Piraí, um modelo atípico de relacionamento entre Igreja e comunidades. Considerando-se o fato de não ser um caso singular no país<sup>4</sup>, esse modelo foi responsável pela implantação e manutenção do regime de paróquia única na cidade, o qual descentralizou as ações da Igreja e conferiu maior poder de autonomia às 105 comunidades da área urbana da cidade. Alguns trabalhos dedicados a descrever a institucionalização desse modelo de relacionamento em Volta Redonda descrevem-no como o responsável pelo sucesso alcançado por uma proposta da Igreja progressista, denominada de Comunidade Eclesial de Base (CEB). Numerosas pesquisas elaboradas acerca dos movimentos sociais urbanos das décadas de 1970 e 1980 relacionam a formação político-religiosa realizada no interior das CEBs à tomada de consciência e consequente engajamento de militantes em movimentos de bairro, de luta contra a carestia, contra o custo de vida, no movimento que originou o “novo sindicalismo” e, por

extensão, o Partido dos Trabalhadores (PT), todos atuando pela redemocratização do país.

A relação entre Igreja e movimentos foi definida pelo próprio Dom Waldyr, em entrevista concedida a Costa *et al.* (2001), como a “prática de participação consciente na sociedade” que levou muitos dos membros das CEBs a reivindicar por soluções no transporte, na educação, em questões relacionadas ao fornecimento de água e luz, etc. Os “populares” de Volta Redonda apoiaram tanto a Oposição Sindical quanto o nascente PT do município a ponto de, pouco depois de sua fundação, este já lançar um candidato a vereador – produto da ligação direta entre “Igreja-Família-Bairro-Sindicato”, e que se sagraria vitorioso<sup>5</sup>. Pessoas que participavam das CEBs e de organizações de bairro possuíam, em sua maioria, familiares trabalhando na Companhia e militando no Sindicato. Além disso, por intermédio da mesma “Igreja Progressista” surgiam, em fins da década de 1970, em Volta Redonda, a Comissão dos Direitos Humanos, a Comissão dos Posseiros Urbanos, o Movimento Comunitário contra a Violência, etc. E também nasciam as primeiras associações de moradores da cidade, reunidas em 1982, sob o leque de uma entidade geral conhecida como Confederação das Associações de Moradores (CONAM), de postura assumidamente radical.

Porém, da mesma forma que muito se fala da origem das CEBs, pouco ou nada se discutiu a respeito do seu desligamento dos movimentos sociais. A explicação mais convencional e ouvida ao longo de entrevistas realizadas, inclusive com o próprio Dom Waldyr, sugere que a transformação no seio da Igreja Católica com a crescente marginalização da Teologia da Libertação teria reduzido a importância do papel das CEBs. Mudanças na própria Diocese de Volta Redonda, com a aposentadoria de Dom Waldyr e sua substituição pelo bispo italiano Dom João Maria Messi, tido como um moderado em questões como o relacionamento da Diocese com a CSN e a prefeitura, também são parte dessa explicação convencional. O fato é que pouca reflexão foi efetivamente feita sobre a desmobilização das CEBs de Volta Redonda, sabendo-se apenas que elas vêm, ao longo dos últimos anos, se descaracterizando e assumindo uma postura menos crítica e politizada.

Também é notório o envolvimento dos setores mais à esquerda da Igreja Católica, notadamente no combate à opressão da Ditadura, o que pôde ser percebido pela atuação dos chamados padres operários franceses que se mudaram para a cidade e ingressaram como operá-

<sup>4</sup> Na entrevista que serviu de base para o livro de Costa *et al.* (2001), o próprio Calheiros esclarece já existirem experiências de Paróquia Única em regiões metropolitanas como a de São Paulo, por ação do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns.

<sup>5</sup> Edson Ricardo Sant’Anna, metalúrgico, membro da Ação Católica Operária (ACO) e da CEB do Jardim Belmonte, eleito vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 1982, com 944 votos. Também foi duas vezes candidato a prefeito, em 1985 (3º lugar com 11.203 votos) e em 1988 (Souza, 1992; Costa, 2004).

rios na CSN. Alguns acabaram envolvidos em polêmicas, como o diácono Guy Michel Camille Thibaut, que, juntamente com dois membros da Juventude Diocesana Católica (JUDICA) e um seminarista, tornou-se notório pelo famoso episódio descrito por Dom Waldyr: “um passeio pelo bairro do Retiro numa Kombi até começarem a jogar panfletos de indignação contra a situação social que dominava, sobretudo, Volta Redonda” (Costa *et al.*, 2001, p. 93).

A ligação entre Igreja e política operária em Volta Redonda é relativamente antiga, remontando ao início dos anos 1970. A formação de militantes por organizações como a Ação Católica Operária (ACO) e a tríade JOC/JUC/JEC<sup>6</sup> estimulou a combatividade do Sindicato. Este, por sua vez, ocuparia uma posição central frente a todos os outros movimentos da cidade, especialmente nos anos 1980, criando uma espécie de relação de dependência. Não ficam muito claros os efeitos da crise do Sindicato sobre esses movimentos. Lideranças que figuram entre alguns dos personagens-chave do período de corrosão do Sindicato nos anos 1990, entre eles Barcelos e Luizinho, foram formadas “politicamente” no seio das CEBs (Pereira, 2007). Seguindo essa constatação, percebe-se que as mais atuantes lideranças sindicais e de movimentos populares da cidade, especificamente na década de 1980, provinham da Igreja Católica. A principal exceção à regra foi ninguém menos que José Juarez Antunes, o qual já demonstrava, desde sua disponibilização para concorrer à presidência do Sindicato pela Oposição Sindical, um desinteresse em estreitar os canais de relacionamento entre Sindicato e Igreja (Veiga e Fonseca, 1990; Mangabeira, 1993). Como resposta à sua defesa de um sindicalismo laico, na primeira fase da campanha sindical, Juarez não recebeu apoio nem da Igreja, nem de setores mais à esquerda a ela ligados.

## Redefinindo caminhos: um esforço pela ampliação da agenda de pesquisa

É possível observar que a agenda de pesquisa que acompanhou Volta Redonda foi uma das principais fontes empíricas no campo da sociologia e da história do trabalho no Brasil, sobretudo nos anos 1980 e 1990. A cidade acompanhou as mudanças políticas e econômicas em âmbito nacional e global, e seu caso foi muitas vezes interpretado como efeito dessas mesmas modificações. Obviamente, a história da cidade não terminou com a

privatização e crise do Sindicato. Contudo, está explícito no discurso de velhos e novos militantes que a fase dos anos de 1988 até 1993 foi, decisivamente, marcante. Se um momento ficou para sempre entranhado na memória social, foi aquele imediatamente posterior à morte dos operários, mormente o abraço simbólico à usina, realizado em protesto pela população e julgado como uma real demonstração de força coletiva.

*Então, era uma coisa assim, bonita, né? Da cidade, o movimento dava conta, da fábrica, os operários davam conta. Então, na Cúria Diocesana, a gente criava uma ligação direta com o Sindicato pra ver o que fazer. Por volta das 3 horas da manhã, veio a notícia de que ia haver uma trégua e que, na parte da manhã, por volta das 7 horas, os operários iam sair da usina, mas que precisava ter gente vendo eles saírem, de apoio. O movimento popular. Isso aí é outra coisa a que o movimento depois vai reagir e tal. Aí, o que a gente faz? O grupo se organiza e, às 7 horas da manhã, nós vamos, no dia 10, receber aqueles companheiros. Aí, é bolado um abraço à usina. E eu também começo a participar. Isso na véspera do abraço à usina, que acontece no dia 11. Parece que era uma sexta-feira. Então, nós tratamos na Cúria de como seria o abraço, as coordenadas, porque era uma extensão assim de uns 40 quilômetros em torno da usina. A ousadia era colocar gente abraçando! Então, tinha que ter uma infraestrutura. E tinha aquilo lá. Então, a primeira estratégia era assim, conseguir o maior número possível de motoqueiros e eles demarcarem pontos de quilômetro a quilômetro da usina. Eles iam fazendo a corrente de ligação. Alguns carros de som iam ficar em lugares estratégicos para dar simbolismo de movimentação, de importância do ato que era para defender a usina. Então, aquilo pareceu uma coisa assim de guerra, né? Aquele operário que estava ali tinha que falar aqui pra família. Então, nós demos as coordenadas e vamos abraçar a usina. Bom, é um sucesso. Mais de 60 mil pessoas numa tarde... Eu me lembro com emoção (choro) desse gesto que oh... Estava em jogo a luta da “cidade”. E a cidade estava abatida com as mortes. Eu vi as mortes de perto. Nisso, o movimento também já começa a ser cooptado porque há um racha no Sindicato, na década de 1990. Uma explosão do alto-forno, a morte de Juarez, Wanildo<sup>7</sup> que assume a prefeitura, a violência que é forte na cidade... E aí, começa... Precisa se fortalecer o movimento popular porque o projeto*

<sup>6</sup> Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Estudantil Católica (JEC).

<sup>7</sup> Wanildo de Carvalho (PDT), vice-prefeito que sucedeu José Juarez Antunes, em 1989, e que teve uma administração marcada por denúncias de corrupção.

*neoliberal, ele faz um insight de Robertão<sup>8</sup>, que fala em privatizar a CSN. Fala: ‘- Essa cidade... O único jeito de pegar essa cidade é privatizar a CSN porque a cidade, assim como a CSN, é nossa.’ Quando acontece o processo de privatização, há muita resistência nossa... E não deu certo (a resistência). Porque as disputas eram entre ganhar a prefeitura e ganhar o Sindicato. Porque o projeto já estava articulado quando vem o Lima Netto, na reengenharia da empresa, para poder ganhar o Sindicato, ganhar a prefeitura e ganhar o movimento.<sup>9</sup>*

De maneira geral, pode-se observar que da década de 1990 em diante há uma redução drástica de reflexões dedicadas a descrever, por exemplo, “a constituição do operariado enquanto classe” e outras tantas temáticas centrais, em um espaço de quase vinte anos entre os trabalhos de Morel (1989) e Pereira (2007). Considerando que esta mesma década foi pouquíssimo explorada pela historiografia sobre Volta Redonda, faz-se necessário o início da demarcação de uma nova agenda de pesquisa, incluindo alguns temas ainda não adequadamente tratados, a exemplo da questão ambiental, timidamente incorporada por CSN, prefeitura e pela própria sociedade civil, reconhecidamente mais influente após a redemocratização. A “questão pública do meio ambiente”, vislumbra Lopes (2004), parece substituir a “questão do trabalho” enquanto elemento a interferir na elaboração de novas identidades e subjetividades, com a CSN ganhando contornos de um “caso ilustrativo singular” já que, desde o auge da greve de 1988, via-se diante de pressões promovidas por uma ação civil pública com a exigência de uma reparação ambiental compensatória (Leite Lopes, 2004). A intenção de Lopes é apontar o esgotamento da, até então presente, “naturalização” das péssimas condições de trabalho no interior da usina e da poluição atmosférica provocada pelas atividades da Companhia, assinalando a crescente ilegitimidade desse comportamento frente à população, culminando, já nos anos 1990, em um conjunto de novas lutas na cidade. A pressão se acentua quando, às vésperas do leilão de privatização da Companhia, a prefeitura, conquistada por gente envolvida com as lutas sindicais dos anos 1980, se associa ao Programa Saúde do Trabalhador (PST) do governo estadual e exige a inclusão de uma cláusula ambiental no edital de privatização como uma compensação

pelo “passivo ambiental” da empresa (Leite Lopes, 2004, p. 43). O autor ilumina a acentuação de uma nova forma de antagonismo, dessa vez entre a administração pública municipal e a Companhia já em fase de transição para assumir a feição de empresa privada. E mais, aposta na ascensão de uma nova prática, pós-constituição de 1988, a qual implementa o processo participativo sob a forma de experiências de gestão democrática, aumentando a recorrência à linguagem do associativismo. Ou seja, saem de cena os conflitos trabalhistas e entra a participação em conselhos gestores de âmbito municipal e regional.

A incorporação de práticas de concertação social (câmaras, conselhos, consórcios, fóruns, etc.) em regiões de tradição industrial do país, como as inovadoras experiências das Câmaras Setoriais da Indústria Automotilística e Regional do Grande ABC, chegou a ser apontada como parte de um arquitetado projeto de “ofensiva do capital sobre o trabalho” (Gracioli, 2007, p. 32). Ela incluía, também, processos em andamento como a especialização flexível e o neoliberalismo, além de uma afinação dos setores cutistas e da Força Sindical com um modelo de sindicalismo participacionista. Igualmente perceptível no Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, esse processo descortinou a entrada da cidade em uma nova fase do seu desenvolvimento, caracterizada pela formulação desses experimentos, na grande maioria de nível municipal, sendo o mais conhecido a Agenda 21 local, classificada como o avanço definitivo rumo à completa “desnaturalização” da questão ambiental na cidade (Leite Lopes, 2004).

Ainda é incerto afirmar se há uma relação direta entre a falência do projeto de cidade industrial, prognosticada pelas mudanças na estrutura de gestão da Companhia e pela crise sindical, e o refluxo dos movimentos sociais na cidade, já que os anos seguintes à privatização testemunharam o surgimento de novas ações interessadas em temáticas até então secundárias. Além da já citada mobilização em torno do tema do meio ambiente, há um interesse crescente de setores mais engajados (associações de moradores, outros sindicatos, movimentos ligados à Igreja Católica, associações comerciais e empresariais, etc.) em constituir e integrar conselhos municipais.

Previsões pessimistas apontavam para o possível fechamento ou a transferência da usina, caso o consórcio de investidores<sup>10</sup> que a adquiriu reconhecesse ser inviável mantê-la na cidade. Tal fato nunca aconteceu. Inegável

<sup>8</sup> Roberto Cardoso Alves, ministro da Indústria e Comércio, durante a greve sindical de 1988.

<sup>9</sup> José Maria da Silva (2008), coordenador do Movimento Ética na Política de Volta Redonda (MEP-VR). Entrevista realizada em 25 de fevereiro de 2008.

<sup>10</sup> Entre os principais acionistas, estavam a empresa de navegação subsidiária da Vale do Rio Doce chamada Docenave (9,4%), o Bamerindus (9,1%), o Bradesco (7,6%), o Grupo Vicunha (9,2%) e o Clube de Investimentos (11,9%), que contava com 28 mil funcionários da empresa e que teve o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos comandado pela Força Sindical e do ex-presidente da Companhia, Roberto Procópio de Lima Netto. Outros bancos (18,8%) e alguns fundos de pensão (2,7%) completavam a lista dos principais compradores. Após a privatização, o presidente do Bamerindus, Maurício Schulman, foi eleito presidente do Conselho de Administração da CSN, cargo posteriormente ocupado por Benjamin Steinbruch, diretor do grupo Vicunha (Gracioli, 2007; Pereira, 2007).



é que o distanciamento entre ambas era um processo já em curso bem antes da privatização, com o abandono do rótulo de *company-town*, na transição dos anos 1960 para os 1970, e a abdicação da sua “responsabilidade social”, até então objetivada na prestação de serviços à população residente. Era normal que o desligamento assumisse contornos drásticos e que se verificasse uma redução do número de empregados, que hoje não ultrapassam 6 ou 7 mil em toda a Companhia. Para alguns observadores, à medida que isso começou a constituir “uma nova relação conflituosa entre a CSN, a sociedade civil e a prefeitura, resultando no lançamento de alguns manifestos” (Santos, 2006, p. 65)<sup>11</sup>, também representou o início de um novo ciclo em que Volta Redonda começava a manifestar novas caracterizações, como a progressiva conversão de cidade essencialmente industrial em centro regional de serviços (Oliveira, 2003; Santos, 2006). Assim sendo, uma estratégia para garantir a sua viabilidade passou a ser articular o estreitamento de seus canais de relacionamento com outras cidades do Médio Paraíba fluminense através de iniciativas como o Mercado Comum do Vale do Paraíba (MERCOVALE)<sup>12</sup>, significando já um tipo de “mobilização sociopolítica” e agregando atores sociais, políticos e econômicos locais (Santos, 2006) capazes de convergir mesmo motivados por interesses distintos.

Há um conjunto de interrogações que ainda permanecem obscurecidas dentro de um cenário político de nível mais municipal e que são anteriores ao encaminhamento de um novo desenho sociopolítico o qual, progressivamente, passou a situar a cidade dentro de uma concepção mais abrangente, relacionando-a a outros agentes englobados pela região.

Em primeiro lugar, ao contrário do que se divulgava, o tão falado rompimento (não o distanciamento) de fato nunca aconteceu, pelo menos não nos moldes imaginados, isto é, a partir de uma nova relação conflituosa que deixaria de se dar entre a Companhia e o Sindicato, passando a existir entre esta e uma cidade ainda consternada pela privatização. Mudanças realmente ocorreram, embora nunca se perguntasse de que forma a cidade, ou mais exatamente sua sociedade civil (aparentando desilusão com o desfecho do processo e sinalizando não saber que rumo tomar) se preparou para responder aos novos dilemas que se anunciavam, sendo ainda distante a possibilidade de ressignificar as bases de sua própria identidade. Nesse sentido, acredito ser preciso exorcizar alguns mitos da história recente da cidade. Um deles afirma

que a espantosa redução do associativismo em termos da quantidade de movimentos sociais em atividade se justifica pela razão, excessivamente simplista, da substituição de uma filosofia mais progressista personalizada por Dom Waldyr Calheiros por outra menos engajada e levada a cabo pelo italiano João Maria Messi, que o sucedeu no bispado da Diocese.

Outra questão, ainda pouco explorada, diz respeito ao lugar do Partido dos Trabalhadores no poder público municipal. Os trabalhos que descrevem o período dos anos 1980 basicamente procuram lembrar a formação do partido na cidade, a posição que toma na indicação do candidato da Oposição Sindical na eleição de 1983 e o feito de conseguir eleger, já naquele período, um vereador. Verdade seja dita, há poucas menções no tocante ao papel que este partido alcançou no governo da Frente Popular (PT-PSB-PC do B-PV), coligação de esquerda que “ganhou” a prefeitura nas eleições de 1992. Enquanto o candidato vencedor era Paulo César Baltazar, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), a candidata à vice-prefeita da chapa era a petista Glória Amorim, representante de uma “base popular” e vinculada ao movimento comunitário contra a violência, ao movimento dos Posseiros Urbanos e ao movimento de mulheres da cidade de Volta Redonda.

A hipótese que defendo é a de que se houve, de fato, um “divisor de águas” na história da cidade, os indícios apontam para um sentido um pouco diferente daquilo que foi até aqui colocado por outras reflexões. Paralela e crítica da privatização, a gestão de Paulo Baltazar, entre 1993 e 1996, poderia ser caracterizada como singular e decisiva porque marcou a chegada ao poder do movimento popular da cidade e inaugurou uma série de iniciativas de gestão democrática, ainda que não fossem tão originais porque nunca passaram de replicações de experiências bem-sucedidas em outras regiões do país. A mais conhecida foi o Orçamento Participativo, que funcionou de forma razoavelmente eficiente no seu mandato, começando a ruir definitivamente a partir do governo de Antônio Francisco Neto, seu sucessor na prefeitura. Apesar de não haver dúvidas a respeito da aproximação entre o PT e segmentos dos movimentos sociais locais, pouquíssimo se discutiu sua participação enquanto integrante do grupo dirigente que controlou a administração da cidade por quatro anos, além de não haver significativas descrições das trajetórias dos nomes que vieram a compor a renovada elite política do município, como o próprio Baltazar e a médica Cida Diogo, duas vezes (2004 e 2008) derrotada

<sup>11</sup> O autor faz menção ao polêmico livro *A usina da injustiça – como um homem só está destruindo uma cidade inteira* (Tiezzi, 2005) em que há uma série de acusações contra Benjamin Steinbruch, presidente da CSN.

<sup>12</sup> Capitaneada por Paulo Baltazar, então prefeito de Volta Redonda, constituiu-se numa estratégia de desenvolvimento e fortalecimento da competitividade regional surgida em 1994 a partir da aglutinação dos municípios do Médio Paraíba fluminense (ver Oliveira, 2003; Santos, 2006).

como candidata do PT à prefeitura de Volta Redonda. Ambos alcançaram renome depois de atuarem por toda a década de 1980 em conjunção com alguns movimentos de bairro e associações de moradores.

Os movimentos sociais mais combativos, especialmente o movimento de Posseiros Urbanos, não se desmobilizam com a crise de orientação e diretrizes atravessada pela cidade. Ao contrário, passam a dialogar intensamente com a prefeitura abrindo brechas para sua inserção em sucessivos governos municipais, mecanismo que alguns militantes de movimentos de Volta Redonda preferem entender como “cooptação”. Prefiro situar a discussão em outro viés e apreender como a mudança na relação entre Estado (prefeitura) e sociedade civil adquire novíssimos contornos. Numa literatura recheada de dualidades que parecem intencionalmente reificar uma situação permanente de conflito sem soluções que apenas se dá sob bases distintas, ocorre um deslocamento pouco percebido, o qual insere lentamente uma nova relação de poder entre prefeitura e sociedade que assume aspectos de negociação.

Acredito que parte da historiografia tem o propósito de demarcar a separação entre “pré” e “pós” privatização. Assim, o Programa Nacional de Desestatização (PND), conduzido desde 1990 pelo governo de Fernando Collor de Mello como um amplo plano de privatização de estatais, deficitárias ou não, incluindo siderúrgicas, como a própria CSN e a USIMINAS (Usinas Siderúrgicas Minas Gerais), não representou unicamente a entrada em uma nova etapa do desenvolvimento industrial brasileiro. A desestatização de companhias como a CSN teve um valor simbólico para todo um conjunto de estudos no campo da Sociologia do Trabalho e do Desenvolvimento. Cardoso (2003), por exemplo, refletindo acerca da esfera do Direito do Trabalho, vislumbra o início da “Década Neoliberal” dando vez aos efeitos de um processo em moda definido como “globalização”, bem como suas consequências a respeito da dimensão do “local”, elo mais fraco de uma emergente dicotomia (“global” *versus* “local”). Trabalhos como o de Pereira (2007) e Graciolli (2007) ainda são reflexos dessa nova correlação de forças no cenário econômico mundial. Previa-se a vitória do “global” com consequências sobre o “local”, reconhecendo-se a ocorrência de efeitos drásticos sobre a economia e o nível de emprego em regiões de tradição industrial devido à reestruturação produtiva.

Para esses autores, tanto a globalização quanto o vitorioso projeto privatista do Governo Federal – que o secretário do Sindicato dos Metalúrgicos, Marcelo Felício, definiu como “entreguismo” (Graciolli, 2007) – serviram para desmobilizar os movimentos sociais locais, o que foi constatado pela derrota do “Fórum de Debates sobre a Privatização da CSN”, constituído em 1990, ainda no fervor do encaminhamento do processo, reunindo os dois

principais sindicatos, o dos Metalúrgicos e o Sindicato dos Engenheiros (SENGE), bem como associações de moradores, movimentos populares, entidades estudantis, comunidades religiosas, etc. De acordo com Graciolli, a privatização definitivamente decretou a derrota desses movimentos populares, os quais, através do fórum, sugeriam como alternativa à privatização “a democratização da gestão da CSN e o controle do patrimônio público pela sociedade brasileira” (Graciolli, 2007, p. 225-226).

## Conclusão

Procurei compor uma revisão historiográfica e um balanço dos principais estudos já produzidos sobre uma cidade industrial que, nas últimas cinco décadas, experimentou profundas transformações. Recorrendo a um conjunto de autores que ajudaram a construir essa literatura, pude concluir que, além de algumas tentativas de utilizar Volta Redonda para discutir temas recentes como “desenvolvimento sustentável” e “desenvolvimento regional”, pouca coisa de diferente foi sugerido em termos de novas abordagens que fugissem do tradicional campo de enfrentamento entre Sindicato e CSN e dos seus reflexos sobre o restante da cidade.

Quinze anos depois da “derrota” do Sindicato e da população marcada pela privatização, nenhuma grande novidade foi apresentada como parte de uma agenda de pesquisa reformulada que se debruçasse sobre os acontecimentos da década de 1990, paralelos e posteriores à crise na CSN e não somente vinculados a ela. Não se pensou, por exemplo, como se constituiu um padrão de relacionamento entre prefeitura e movimentos sociais, muito menos os projetos de gestão compartilhada implantados no período e as razões do seu fracasso. Ainda em termos da sociedade civil, não há resposta para a questão sobre a revitalização das diversas entidades (incluindo os principais sindicatos) e o potencial que possuíam para reorientar os rumos da cidade, bem como de reinventá-la sob novas bases identitárias. É preciso, portanto, responder a algumas dessas questões e clarear o cenário político dos anos 1990.

O objetivo foi tentar pontuar alguns novos temas, demonstrar que essa agenda de pesquisa não se encerrou com a privatização e que avançou de forma autônoma aos acontecimentos mais centrais daquele período. Fica em aberto o desafio de revelar uma fase ainda pouco analisada da história de Volta Redonda.

## Referências

- ALVES, M.P. 2001. *Lazer operário e alienação (Volta Redonda – 1951 a 1956)*. Vassouras, RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Severino Sombra, 143 p.

- CARDOSO, A.M. 2003. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 327 p.
- COSTA, A.C. da. 1978. *Volta Redonda ontem e hoje*. Volta Redonda, Lux, 30 p.
- COSTA, A.C. da. 2004. *Volta Redonda ontem e hoje*. Edição comemorativa – 50 anos. Volta Redonda. [CD-ROM].
- COSTA, C.M.L.; PANDOLFI, D.; SERBIN, K. (orgs.). 2001. *O bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 188 p.
- FERNANDES, M. 2001. *Volta Redonda: imaginários, memória e identidades*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 198 p.
- FRENCH, J.D. 2004. *Drowning in laws: labor law and Brazilian political culture*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 233 p.
- GRACIOLLI, E.J. 1997. *Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve de 1988*. Uberlândia, Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 207 p.
- GRACIOLLI, E.J. 2007. *Privatização da CSN: da luta de classes à parceria*. São Paulo, Expressão Popular, 360 p.
- LEITE LOPES, J.S. 2004. A ambientalização dos conflitos em Volta Redonda. In: H. ACSELRAD (org.), *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll e Relume Dumará, p. 217-245.
- MANGABEIRA, W. 1993. *Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, ANPOCS, 247 p.
- MANGABEIRA, W.; MOREL, R.L. de M. 1992. Resistência fabril, movimento sindical e uso da justiça do trabalho: um estudo comparativo com trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional. In: REUNIÃO DA ANPOCS, GT: SINDICALISMO E MOVIMENTO OPERÁRIO, XVI, Caxambu, 1992. *Anais...* Caxambu.
- MATTOS, M.B. 1999. Sobre novos e velhos sindicalismos no Brasil – discutindo dicotomias. *História*, São Paulo, 17/18:315-337.
- MEDEIROS, S. A. de. 2004. *A cidade que educa: a construção das identidades sociais dos trabalhadores da cidade-empresa de Volta Redonda (1940-1973)*. Niterói, RJ. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 275 p.
- MOREIRA, R. da L. 2000. *CSN – um sonho feito de aço e ousadia*. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas, 194 p.
- MOREL, R.L. de M. 1989. *A ferro e fogo: construção e crise da “família siderúrgica”: o caso de Volta Redonda (1941-1968)*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 506 p.
- MOREL, R.L. de M. 1995. História incorporada e identidade coletiva entre trabalhadores aposentados da Companhia Siderúrgica Nacional. In: A.R.P. ABREU; E.G.F. PESSANHA (orgs.), *O trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, JC Editora, vol. 1, p. 61-96.
- OLIVEIRA, F.J.G. 2003. *Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 231 p.
- PEREIRA, S.E.M. 2007. *Sindicalismo e privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 282 p.
- PESSANHA, E.G.F.; MOREL, R.L.M. 1991. Gerações operárias: rupturas e continuidade na experiência de metalúrgicos no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 6(17):68-83.
- RAMALHO, J.R.G.P. 1995. Empresas estatais de primeira geração: formas de gestão e ação sindical. In: A.R.P. ABREU; E.G.F. PESSANHA (orgs.), *O trabalhador carioca: estudos sobre os trabalhadores urbanos no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, JC Editora, vol. 1, p. 37-60.
- SANTOS, R.S.P. 2006. *A construção social da região: desenvolvimento regional & mobilização sócio-política no Sul Fluminense*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 182 p.
- SILVA, J.M. da. 2008. Entrevista. Coordenador do Movimento Ética na Política de Volta Redonda (MEP-VR). Volta Redonda, 25/02/2008.
- SOUZA, C.V.C. 1992. *Pelo espaço da cidade: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 196 p.
- TIEZZI, R. 2005. *A usina da injustiça: como um homem só está destruindo uma cidade inteira*. São Paulo, Geração Editorial, 126 p.
- VEIGA, S.M.; FONSECA, I. 1990. *Volta Redonda, entre o aço e as armas*. Petrópolis, Vozes, 180 p.

Submetido em: 08/05/2009

Aceito em: 06/08/2009

Raphael Jonathas da Costa Lima  
Universidade Federal Fluminense  
Avenida dos Trabalhadores, 420, Vila Santa Cecília  
27255-250, Volta Redonda, RJ, Brasil